

TÍTULO DO TRABALHO			
A REFORMA AGRÁRIA CUBANA E SEU PAPEL NA TRANSIÇÃO HISTÓRICA E SOCIETÁRIA DE CUBA NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Klaiton de Souza Silva	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Discente
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A história de Cuba, traz uma perversa e duradoura exploração na América Latina, no período neoliberal apropria do contexto os estadunidenses que intensificam a exploração "indireta", resultando numa das mais intensas expropriações de uma nação latina americana. No enfrentamento a ofensiva estadunidense, processa a Revolução Cubana, seus desdobramentos desencadeiam no que seria a centralidade à resistência do imperialismo a Reforma Agrária, que constitui a espinha dorsal desse processo. O vulcão surgiu, a reforma agrária a porta de entrada no conflito desencadeado pelas classes possuidoras e EUA, a Reforma Agrária sustentando o governo revolucionário ir cada vez mais longe, culminou na transbordação da "revolução dentro da ordem" para revolução socialista. O presente trabalho buscará compreender os fatores que trouxeram a reforma agrária para o centro das atenções e quais foram seus desdobramentos e implicações diante de outras reformas em Cuba, usando como base o estudo de Florestan Fernandes sobre o tema.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Reforma Agrária, Cuba, Revolução			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The history of Cuba, brings a perverse long-term exploitation in Latin America, the neoliberal period appropriates the context Americans that intensify the "indirect" exploration, resulting in one of the most intense expropriation of a Latin American nation. In confronting the US offensive, processes the Cuban Revolution its consequences trigger in what would be the centrality of imperialist resistance to land reform, which is the backbone of this process. The volcano came, agrarian reform the gateway to the conflict triggered by the propertied classes and the USA, Agrarian Reform supporting the revolutionary government go further and further, culminating in transbordação the "revolution within the order" for socialist revolution. This study will seek to understand the factors that have brought land reform to the center of attention and what were its consequences and implications on other reforms in Cuba, using as a basis the study of Florestan Fernandes on the subject.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Agrarian Reform, Cuba, Revolution			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

Introdução

A questão agrária de Cuba está intimamente ligada aos processos históricos, assim como outras nações subdesenvolvidas na América Latina que traz no seu cerne, as contradições e dependências. A possibilidade de rompimento dessa posição exige mudanças inevitáveis nos processos políticos, econômicos e sociais desses países. Em Cuba o problema advindo da questão agrária se desenvolveu a partir de suas particularidades no contexto da exploração colonial e em seguida no sistema neocolonial. A solução para tal situação marcou a história dessa ilha, o que assinala mais de um século na luta pela independência, assim como a revolução social e política.

A estrutura agrária de Cuba desde a república de 1902 se encontrava numa crise rural resultante da guerra da independência, pela destruição e despovoamento rural. Na intervenção do capital estadunidense se realizou o processo de alienação de terras nativas. A penetração estadunidense trouxe resultantes críticos para a população campesina com a concentração da terra, atingindo-os diretamente, pois o que se dava era um desenvolvimento capitalista deformado que combinava relações capitalistas de produção e distribuição com formas precapitalistas de exploração, a contradição dessa estrutura apontava para uma situação caótica da população rural. Números interessantes do censo de 1931 expressam essa realidade da propriedade agrária em Cuba: as propriedades menores que 40 hectares representavam 71% do total, porém concentrava somente 10% da produção agrícola, contrariamente às propriedades maiores de 670 hectares representavam 1% das propriedades pesquisadas e concentravam 58% da área. Já no censo de 1946 a concentração da terra mostra que as 159 958 propriedades pesquisadas, menos de 3% dos donos possuíam 57% da superfície, enquanto que 78,5% possuía 15% da área. O que alocava Cuba em uma das maiores concentrações de terras na América Latina, essas que estavam nas mãos dos latifúndios de cana e da pecuária que representavam 95% da área correspondentes às propriedades maiores de 402 hectares. Nesse quadro, havia muitas terras desocupadas, como também uma quantia mais que suficiente para a exploração de mão de obra, que possibilitava o latifúndio expandir a sua produção acumulando mais e mais capital.

Diante das contradições a questão agrária aparece como central, norteadora do destino de Cuba. Neste sentido, a reforma agrária como bandeira posta pelos camponeses na inserção no exército rebelde e no processo revolucionário cubano acarretará mudanças de conceitos e princípios, precisamente no momento em que os camponeses adquirem consciência de que não se reduz a apropriação privada da terra e expropriação dos latifundiários, mas numa luta anticolonial que se desdobra no desafio da apropriação social da terra sobre novos valores e princípios que contrapõe

as relações sociais como relações monetárias e tende a enfrentar a condição humana determinada e reduzida a forma de mercadoria. A grande palavra mágica que mobilizou as massas oprimidas de Cuba, na luta pela posse da terra: Reforma Agrária, tinha o amparo legalmente pelo INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) que proporcionava o avançar na aplicação das duas Leis de Reforma Agrária que debateremos neste trabalho.

Durante a década de cinquenta, Cuba encontrava-se em crise econômica, social e política, os setores dominantes juntamente com os norte americanos tentaram administrar a crise, apoiando em um governo da força, orientado a restringir os direitos sociais e políticos àqueles que almejavam mudanças. O movimento 26 de Julho com a luta insurrecional, juntamente com organizações político-militares, camponeses, trabalhadores agrícolas, levantaram a luta aberta contra o governo de Batista, as velhas formas de resistências no campo, deram espaços a lutas e resistências que transformaram em novas formas de insurgências e de consciência política. O programa insurrecional de 1953 aglutinou o conjunto que respondiam na luta por objetivos que correspondiam à sociedade no seu todo, integrando a um novo projeto de mudanças.

A lei número 3 na sua aplicação fortaleceu e elucidou a tamanha habilidade de Fidel, que apropriou da questão agrária em consonância com a luta política e de classes no país, com a clareza para além das reivindicações, a rebelião camponesa foi aglutinada na luta contra o imperialismo personificado no governo de Batista em primeiro momento, acreditava na Reforma Agrária como possibilidade de transformações na realidade cubana. Diante das intensas disputas desse período, a Reforma Agrária impulsionou os mais diversos grupos que tentavam assegurar seus interesses a partir de seus objetivos. A Reforma Agrária tornou-se a meta mais importante no processo revolucionário, mobilizando amplamente as massas e dava rumos políticos à revolução, portanto opositores manifestavam irrefreadamente, representados em setores dominantes, proprietários de terras, grandes colonos, intermediários e demais grupos ligados aos interesses norte americanos. Neste cenário apresentado até aqui, que debruçaremos sobre as duas primeiras Leis da Reforma Agrária de Cuba.

Cenário agrário de Cuba República

A quantidade enorme de terras cubana nas mãos de norte americanos abriu um canal de penetração do capital estadunidense na fase de expansão do imperialismo, fez de Cuba um abastecedor de açúcar e tabaco no mercado mundial em especial para o estadunidense, resultando

em uma dependência nacional do mercado norte americano para manter-se economicamente, logo a ilha ficava dominada essencialmente pela sua estrutura agrária que estava controlado pelo grande latifundiário que representava o imperialismo dos Estados Unidos. O desdobrar dos fatos agrários em Cuba, remetia a uma inevitável reforma agrária, então os setores dominantes consciente dessa realidade, defendia uma reforma agrária que nas palavras de Lenin a denominava de prusiana, pois seria orquestrada pelas classes dominantes, visando à substituição das grandes companhias açucareiras imperialista pela agricultura capitalista em grande escala, que eliminaria os pequenos e médios camponeses, facilitando o domínio agrário pela grande burguesia cubana. A situação do minifúndio era alarmante, pois o que lhe restava era insuficiente para manter-se em condições mínimas de sobrevivência de uma família. Diante da contradição inerente a concentração de terras e a substituição do modelo de exploração pelos grandes latifúndios, o minifúndio tendia a sucessões de pressões diversas, que os empobrecia ainda mais, como também chegaria no auge do precarismo. A maior quantidade de pessoas que viviam da vida campesina eram representadas pelos trabalhadores braçais e assalariados, portanto nem todos tinham postos de trabalho, a destacar os proletários agrícola que vendiam diretamente sua força de trabalho, era maior em relação àqueles que compreendiam o minifúndio. Segundo Juan Valdés Paz os grandes proprietários das terras e empresários representavam menos de 1% da população rural, já a burguesia e campesinos médios chegavam a 2%, os campesinos totalizavam 22%%, já em grande maioria os trabalhadores que vendiam a força de trabalho representavam 75 % dessa população rural, para Juan Valdés, tais proporções também nos mostram o predomínio do proletariado agrícola que trabalha para os grandes latifundiários em relação a população rural em geral.

As condições econômicas, sociais e políticas de Cuba, implicavam para toda sociedade, em especial aos que habitavam no campo, uma realidade agrária que contradizia de condições mínimas de sobrevivência das classes oprimidas, destaquemos alguns pontos dessa estrutura agrária: concentração de terra, a funcionalidade do grande latifúndio afetava diretamente as classes populares e beneficiava o mercado externo, a indústria da cana de açúcar reforçava o predomínio do monocultivo, o exército industrial de reserva com baixo custo da força de trabalho, o excedente agrícola transferido ao setor agropecuário, baixo nível tecnológico que expressava em uma baixa capitalização agropecuária, exploração excessiva do solo que empobrecia a terra, predomínio do cultivo de industriais para exportação contratava com importação de produtos agrícolas. A população rural era refém de toda essa situação, mesmo quando produziam produtos agrícolas eram penalizados pela política estabelecida nas relações comerciais,

Las consecuencias sociales de esta estructura rural son evidentes, y exigirían un examen más pormenorizado; cabe aquí subrayar su gravedad. Mientras que la población rural producía el 35% de la renta nacional, sólo recibían el 10% de la

misma. Los tenentes de tierra no propietarios producían el 59% del valor total de la producción agrícola. Por otro lado, ya el Censo Agrícola de 1946 había señalado la extrema desigualdad de ingreso entre los distintos grupos rurales, acorde con el tamaño de las fincas. (PAZ, 2007, p. 31).

Resultantes dessa realidade apontam indicadores que justificam tal situação: a baixa renda dos moradores rurais era condicionada pelos preços baixos dos produtos comercializados, os míseros salários, o alto nível de desemprego e subemprego rural, os trabalhadores na agricultura tinha seus empregos em média 4,1 meses a 4,5 ao ano, uma parcela de 6 % trabalhavam em média até nove meses, o que deixavam 50% dos desempregados correspondiam aos que atuavam na agricultura.

Juan Valdés (2007) aponta características da sociedade rural cubana que confirma as contradições das relações estabelecidas entre o grande latifúndio e os camponeses: condições de insalubridade, habitação, educação e consumo em geral expressavam os índices de desnutrição, mortalidade, mortalidade infantil, expectativa de vida, analfabetismo, pobreza entre outros fatores que assolavam a população do Estado cubano. O cenário direcionava para maiores agravantes diante da estagnação agropecuária, a inversão agrária, os lentos crescimentos dos serviços públicos proporcionavam as lutas reivindicatórias minimamente para a sobrevivência dos indivíduos.

La impermeabilidad de La estructura agraria las reformas secundarias acumulada tensiones sociales que tenían que ser contenidas mediante um sistema de coerción institucionalizada, integrado por La burocracia estatal, um sistema judicial corrupto y La Guardia Rural. Correspondia a este sistema asegura El orden establecido, defender el latifundio, desmovilizar a los obreros y campesinos, reprimir las acciones reivindicativas y garantizar las campañas principales como zafra azucarera, cosechas del tabaco, del café, y otros. De esta manera, el sistema latifundiarío era cada vez más dependiente de las estructuras locales y nacionales del poder político. (PAZ, 2007, p. 33).

O domínio econômico norte americano marcava seu território no solo cubano, as reproduções processadas nas mais diversas relações eram de ganância, asseguravam os grandes interesses agroexportadores, estendia à população cubana os reflexos das ações ali praticadas, a nação carecia de meios para enfrentamentos, historicamente pode perceber que era impossível romper com a realidade, ao menos que essa pauta incluisse uma luta que passe pela questão política para além da questão agrária, mesmo sendo fundamento de suma importância na luta da sociedade cubana.

A questão agrária impulsionou uma movimentação transversal na sociedade cubana, a partir do governo de Batista, que foi permeado por contrastes que possibilitou enxergar para além da questão agrária,

a nível político, la lucha por los cambios agrarios reveló o claro nexo entre estos cambios y los intereses dominantes em la sociedad global. Así , los partidos y grupos políticos—cuyos programas se correspondiam com las diferentes corrientes de ideas señaladas--- se distinguieron em la práctica por su promoción o impedimentos de cambios em la situación agraria, y esencialmente por su compromiso em contra del dominio latifundario. Em este sentido, sólo después de 1925, el partido marxista-leninista, la Joven Cuba, sectores radicales de la Ortodoxia y el Movimiento 26 de Julio, desarrollaron una lucha política contra el régimen imperante y por la reforma agrária. (PAZ, 2007, p. 39).

Segundo Juan Valdés Paz, nessa perspectiva cabe examinar a prática jurídica e política dos distintos grupos e partidos burgueses que constituíram os sucessivos governos republicanos em cada uma das suas etapas: 1.) Desde 1902 a 1934 não foi feito por parte dos governos oligárquicos, conservadores ou liberais, nenhuma ação que corrigisse a alta concentração de terras que estavam no poder dos estrangeiros e latifundiários; 2.) Posterior a constituinte de 1940 em condição de governo cívil primeiro e, ditadura militar depois, caracterizou pela representação das reformas previstas no texto constitucional, no intuito de aliviar as tensões rurais, porém sem modificações alguma na estrutura agrária do período, orientava a formalizar as condições existentes, e agravar os crescentes despejos que sucediam.

O temor da burguesia na realização de uma reforma agrária pautada pelas massas e organizações, esteve trancada no medo de perdas da estrutura agrária regida no país até então, que podemos a partir dos estudos feitos destacar alguns pontos: impor limites à propriedade; afetar os interesses do governo estadunidense; assim como o da burguesia açucareira e agropecuária; a não indenização das propriedades afetadas. Apontava por uma opção clara da burguesia ao assumir um caminho capitalista para a agricultura e não abria possibilidades nas repartições das propriedades rurais. Assolados por tamanhas dificuldades e contradições das relações estabelecidas e sucedidas em Cuba, que esmagava a maioria da população em detrimento de uma minoria, a possibilidade de um revés nesse quadro, rumava para a única alternativa possível, a solução histórica seria a revolução triunfante, nesse bojo, de integração que desprenderá a Revolução Cubana, com seus mais diferentes protagonistas na luta contra o regime de Batista e um antiperialismo radical, o pano de fundo da Revolução dá-se a partir da questão agrária que dará os nortes do triunfo em 1959.

A Primeira Lei da Reforma Agrária

A derrubada da Ditadura de Batista em 1959 vindo abaixo o sistema de dominação abre espaço a uma nova fase na história de Cuba. Ocupa a frente do país o governo revolucionário e o

exército popular, amparado na Constituição de 1940 garantem direitos individuais, tendo à frente o Conselho de Ministros que reproduziam os artigos que referenciavam à função social da propriedade e mudanças agrárias previstas no texto constitucional de 1940 são aplicados. A Reforma Agrária é tida como a primeira necessidade de mudanças na estrutura nacional, torna a principal reivindicação de porte nacional. Proporcionará um acirramento de disputas, a união de trabalhadores agrícolas e camponeses, enquanto os “grupos dominantes” buscavam manter seus privilégios. A consciência agrária está ligada diretamente, na sabedoria de Fidel Castro ao identificar os objetivos que aglutinou as massas,

Fidel Castro foi o estrategista da revolução cubana, o único, aliás, que ela teve e deve-se à sua imaginação prodigiosa a criação de uma estratégia política que fez do movimento castrista uma vanguarda revolucionária e o converteu, aos poucos, mas de maneira muito rápida, no verdadeiro pilar da revolução cubana (FERNANDES, 2007, p. 117).

A Reforma Agrária como mola mestre do progresso econômico e social de Cuba parte da junção do alinhamento previsto na Constituição de 1940 com a Lei número 3 do Exército Rebelde, previa um desenvolvimento econômico e social no campo e uma política de industrialização da Ilha. Esses propósitos são apontados na Lei da Reforma Agrária, assinalamos alguns apontados por Florestan Fernandes (2007): pretendia 3 correções essenciais: eliminar o latifúndio; corrigir o minifúndios; extinguir legalmente em futuro próximo a alienação de terras cubanas a estrangeiros, a lei é radical quanto a mudança de estrutura que pretendia introduzir, mas moderada porque previa várias exceções, mantinha a propriedade privada da terra e indenizava os proprietários quanto as paralelas expropriadas.

Os propósitos anunciavam mudanças no que tange o regime econômico e social, portanto não almeja a superação dessa realidade. Os objetivos traçados respondiam as pautas de várias classes e grupos sociais que reivindicava por mudanças, tais como o proletariado agrícola e urbano, o camponês, a burguesia agrária e industrial moderna. Dentro da sua composição de classes e grupos, haviam aqueles que seriam afetados com tais medidas, a burguesia açucareira, a grande burguesia importadora e o capital estrangeiro, e o comércio externo.

A Lei da Reforma Agrária tinha no seu conjunto nove capítulos, sessenta e sete artigos. O primeiro artigo da Lei previa o latifúndio e estabelecia um limite de 30 caballerias (402 hectares) a toda propriedade, tratava do tocante da concentração de terras além de direcionar para uma economia que mobilizasse as produções nacionais em fruto da sociedade. Os proprietários das grandes porções de terras ficaram amparados pelo o previsto nas leis do Estado cubano de serem ressarcidos por indenizações às suas terras confiscadas.

A Lei impossibilitaria aquisição de terras cubanas por estrangeiros, como expulsava o capital externo que dominava o patrimônio rural. De acordo o princípio de Moncada, referendado na Lei Agrária num. 3 de Sierra Maestra, que a terra pertencia a quem nela trabalhava, ou que a solicitasse para exploração em benefícios do sustento familiar, esse posicionamento respondeu ao campesinato que desde outrora lutou pela posse da terra. A aquisição da terra obedecia a ordens de prioridades estabelecidas. Assim como ficou determinado que o tamanho mínimo da terra a cada proprietário seria de 27 hectares no intuito de superar o minifúndio. Ficavam assegurados de receberem gratuitamente as porções de terras os camponeses, portanto ficavam atreladas às normas estabelecidas na Lei,

Artigo 17- sobre o destino que deveria ter a terra expropriada: “ As terras privadas expropriáveis em virtude do disposto nessa lei e as terras do Estado serão outorgadas em áreas de propriedade proindivisas às cooperativas reconhecidas por esta lei, ou se redistribuirão entre os beneficiários, em parcelas não maiores que duas caballerias, cuja a propriedade receberão sem prejuízos dos ajustes que o Instituto Nacional de Reforma Agrária realize para determinar o “ mínimo vital” em cada caso”. (FERNANDES, 2007, p. 173).

O desenvolvimento da cooperação agrária

O capítulo V da Lei, assegura ao INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) , a direção das cooperativas que estavam em registro como propriedade de Estado, o INRA assumia o papel de dinamizar todas as cooperativas e formas de cooperação agrária,

O INRA surgia como o superministério ou um Estado dentro do Estado, como entidade autônoma e com personalidade jurídica própria. Apoiava legalmente o exército rebelde e dispunha de atribuições tão amplas que podia de fato gerir toda a economia cubana. (FERNANDES, 2007, p. 174).

O território nacional foi dividido em zonas de desenvolvimento agrário (ZDA), a questão agrária é redimensionada, no Estado cubano são criados preceitos destacados no Capítulo IV da lei, com a constituição de entidades Estatais com autonomia para trabalhar no desenvolvimento agrário, econômico e social. O conselho de ministro, maior poder outorgado diante da Constituição, declarou que a Reforma Agrária como parte integrante da lei fundamental da República, contornando os obstáculos contidos no texto Constitucional, o INRA como entidade autônoma e personalidade jurídica própria para a aplicação da Lei e execução, a missão era impulsionar a produção agrícola, a disposição dos organismos em sua função contribuía com a estabilização,

regulação propaganda, o que afastava intervenções de outros setores que poderiam afetar a proposta da Lei de Reforma Agrária. A lei foi cuidadosa, no que referia à proteção de áreas ambientais, as explorações das terras é preocupação prevista no artigo 54.

Aplicação da Lei de Reforma Agrária

Aplicação da Lei impulsionou um novo cenário em solo cubano, iniciado o ciclo de transformações, o governo revolucionário pactuado com os interesses populares teria pela frente além da aplicação da lei, o enfrentamento aos movimentos contrarrevolucionários que respondiam pelo imperialismo, e seus organismos (oligarquia açucareira, comerciantes, etc). Fidel Castro resumia, “apenas se dictó la Ley de Reforma Agrária, Estados Unidos comenzó a dar los primeros pasos para organizar una operación militar contra Cuba”. O contexto de confrontação deu-se economicamente, no plano político e social a partir da aplicação da Lei de Reforma Agrária. A possibilidade de realização da lei esteve respaldada no apoio das massas e movimentos sociais, depois do triunfo sobre a tirania de Batista, essa seria a maior realização no campo político e da ideologia, novos personagens protagonizando na sociedade cubana,

O camponês aprende depressa que não pode satisfazer seu afã de possuir a terra sem quebrar o sistema da propriedade privada latifundiária. A reforma agrária, a única que pode efetivamente dar as terras aos camponeses, confronta-se com os interesses dos imperialistas, latifundiários e magnatas do açúcar ou do gado. Se a burguesia tem medo de chocar-se com estes interesses, não é o caso do proletariado. Desse modo, o próprio processo revolucionário une operários e camponeses. Os operários apoiam a luta contra o latifúndio. O camponês pobre beneficiado com a posse da terra apoia lealmente o poder revolucionário e o defende frente aos inimigos imperialistas e contrarrevolucionários. (SADER, 2004, p.62).

Observemos no quadro abaixo a situação da Reforma Agrária entre os anos de 1960 e 1961, que impactou na realidade agrária de Cuba:

CUADRO 1
SITUACIÓN DE LA APLICACIÓN DE LA PRIMERA LEY DE REFORMA AGRARIA EM
1960 Y 1961

Concepto	Enero 1960 (ha)	Junio 1961 (há)
Área afectada	850 000	3 800 000
Área distribuida	40 200	2 725 000
Número de beneficiários	6 000	100 000

Fuente: Departamento Legal de INRA, La Habana, 1961.

O primeiro avanço seria isolar os setores de oposição e sustentar as colheitas de inverno de 1959 e 1960, compreendia a primeira etapa de aplicação da Lei da Reforma Agrária também,

Precisamente, otros factores dilataban el proceso expropiatorio: influencia de fuerzas políticas, la debilidad y vacilación de segmentos del aparato administrativo, la atención a los problemas sociales más urgentes- la suspensión de los desalojos y la restitución de familias campesinas desalojadas a sus predios, la creación de bateyes para asentar la fuerza de trabajo de las grandes fincas, entre ---- y la puesta em explotación de fincas ya nacionalizadas. El 2 de junio de 1959, el INRA decretó la intervención de aquellos latifundios mayores de 100 caballerías (1 340 ha) y el otoño se intervinieron todos los grandes latifundios ganaderos, a fin de enfrentar la previsible crisis de abasto de carne, una vez suspendía por los grandes cebadores la compra de ganado a los pequeños y medianos criadores. Para a aplicación de la Ley en el sector azucarero, al concluir la zafra de 1959-1960 se constituyó una Comisión encargada al efecto. (PAZ, 2007, p. 31).

Em 1960 deu-se inicio a segunda etapa da aplicação da lei, o ritmo acelerado de distribuição de intervenções nas terras abrangidas em resposta ao imperialismo que visava o contra golpe. A lei neste contexto de contrastes com o imperialismo foi o pano de fundo de teste para o processo de avanços da Revolução, e a ponte de aliança entre campesinos e trabalhadores agrícolas. Fidel Castro na sua condição de maior liderança da Revolução Cubana tinha missão de conduzir os processos que se davam na aplicação da Lei da Reforma Agrária. A estrutura de posse da terra foi completamente afetada, nacionalização de propriedades de norte americanos e de empresas capitalistas. Menos de dois anos foram extinguidos a presença de norte americanos na condição de latifúndio e de administradores de canas, esse ataque estratégico, previsto em lei, indicava um passo significativo nos avanços da aplicação da lei. A partir desse cenário, surgem as cooperativas, como alternativas de administrar e incrementar a economia do país, uma vez que os grandes latifúndios foram conquistados. Vejamos o que ilustra o quadro a seguir.

CUADRO 2
DISTRIBUCIÓN ESTIMADA DE TIERRAS AFECTADAS
(junio de 1961)

Unidad agraria	(ha)	Área distribuida	
			%
Granjas del Pueblo	2 433 449		54,8
Cooperativas Cañeras	809 454		18,2
Cooperativas campesinas y fincas de propietarios individuales	1 195 976		27,0
Total	4 438 879		100,0

Fuente: Departamento Legal de INRA, La Habana, 1961.

O quadro nos indica três formas de proprietários das terras: propriedade individual, cooperativa e Estatal. Os campesinos representavam um terço da propriedade individual, fruto da

Reforma Agrária. Pautando o processo da aplicação da Lei da Reforma Agrária, explica Sader:

Quando planificamos a Reforma Agrária e atendemos a demanda de novas leis revolucionárias que a complementam, tornando-a viável e imediata, estamos pensando na justiça social, que significa a redistribuição da terra, e também na criação de um mercado interno extenso e na diversificação dos cultivos, dos objetivos fundamentais inseparáveis do governo revolucionário que não podem ser adiados porque neles está implícito o interesse popular (SADER,2004, p. 108).

O fundamental efeito da primeira Lei da Reforma Agrária foi a criação de mais de 100 000 novos proprietários, assim como é representado no quadro a seguir, o campesino é preponderante no que diz respeito às propriedades com tamanho até 67 hectares.

CUADRO 3
COMPOSICIÓN DEL SECTOR DE TENENTES PRIVADOS
(mayo de 1961)

Concepto	Número de propiedades	%
De 0 a 67 ha	150 140	93,8
De 67 a 134 há	3 355	2,8
De 134 a 402 há	5 970	3,8

Fuente: Departamento Legal de INRA, La Habana, 1961.

Além dos campesinos a de salientar a condição dos trabalhadores da agricultura que ocuparam os espaços nas cooperativas, representava essas terras quase à quinta parte das terras afetadas, as administrações das cooperativas eram designadas pelo INRA. A expropriação de terras desviadas pelos grandes latifúndios que respondia pela produção em grande escala, onde havia uma organização distribuída para coletivos que atuavam para o governo em caráter de regime assalariado. Portanto era necessário não perder a perspectiva de produção,

La constitución de Cooperativas cañeras prevista em la Ley- y de granjas del pueblo, fue el resultado de un criterio orientado a preservar indivisamente las grandes unidades agropecuarias de explotación capitalista. A diferencia do enfoque redistributivo sustentado por la izquierda tradicional- basado em la experiencia histórica e internacional de parcelación, primero dos latifundios y cooperativización después de los campesinos- esta “fue una de las contribuciones más importante de Fidel Castro al proceso revolucionario contemporáneo el entender a tiempo que em Cuba esa solución no era inevitable y que existían em nuestro país circunstancias específicas que nos permitían dar un salto audaz hacia formas de estatización de la propiedad agraria que nos acercaran mucho más al socialismo. (PAZ, 2007, p. 31).

As novas instituições criadas tinha a missão de implementar a Reforma Agrária. O Excército Rebelde e as Milícias Nacionais Revolucionárias tinham o objetivo de conter os ataques externos, e banir a violência interna dando plenas condições para o INRA avançar nas suas ações.

Organizados nas 28 zonas de desenvolvimento agrário, o INRA concentrando quase todas as funções, em parceria com o Exército Rebelde, interferiu nas terras afetadas distribuindo-as aos beneficiados dentro das metas de organização de um setor Estatal e cooperativo visando assegurar a produção agropecuária. Neste cenário traz além do INRA e o Exército Rebelde e milícias nacionais, a questão política e militar como apoio das massas que juntos impulsionaram a aplicação da lei. Foram asseguradas movimentações imediatas de desenvolvimento rural que combinasse com a aplicação da lei, dando suporte técnico-material aos camponeses: alfabetização, medicina rural, estradas, crédito rural e moradia e serviços básicos chegaram para a população rural.

Consequências estruturais da Reforma Agrária

A aplicação da Lei de Reforma Agrária trouxe um novo cenário para o Estado cubano, a grande maioria dos proprietários passou dos grandes latifúndios para o setor socializado da agricultura, formada pelas cooperativas e o setor privado, na sua grande maioria o camponês, um dos beneficiados, virtualmente eliminou a propriedade estrangeira, uma inversão de uma revolução que atingia visceralmente as bases capitalista.

Segundo Juan Paz (2007), a estrutura da economia agropecuária ficou modificada, sobre 40% da produção canieira e animal, em particular a infraestrutura passou ao domínio do Estado. As implicações foram consideráveis no que propuseram,

al concluir la reforma de la estructura agraria, el proceso se inscribía em un proceso de cambio más general mediante el cual había sido transformada la estructura económica y social do país, y cuyo rasgo principal era ahora la existencia de un sector social de la economía, el establecimiento de nuevas relaciones de producción y su orientación hacia objetivos de desarrollo socialista. De manera que ele proceso de reforma agraria y desarrollo agrario quedaba contenido em un proceso de socialización generalizado que condicionaría sus prioridades y tendencias.(PAZ, 2007, p. 31).

Visto a situação dos resultantes da aplicação da Lei, ainda existiam problemas a serem enfrentados: o subdesenvolvimento expresso na falta de qualificação humana, organização e a agressão do capitalismo. Exigia da Revolução levar adiante o desenvolvimento agrário, combinando com uma política geral de desenvolvimento, fixando metas de maior alcance econômico que permitisse o incremento do produto social global, na direção de transformações das condições da qualidades da vida rural. Portanto faz-se necessário destacar alguns pontos importantes para a sua efetivação: a) diversificar a agricultura, respondendo a importação e a necessidades de alimentação

interno; b) recuperar a riqueza florestal; c) assegurar agricultura intensiva através das inovações tecnológicas, eletrificação e urbanização rural; d) incrementar o empenho da força de trabalho; d) qualificar a força de trabalho e formar técnicos e administradores.

Segundo Paz (2007), para conseguir estes objetivos de curto e médio prazo, criou numerosos programas de desenvolvimento econômico e social em todo o país que fizeram do setor agropecuário o mais dinâmico e priorizado da economia nesses anos.

Para além da sua aplicação a lei proporcionou debates calourosos no que tange o clima político e ideológico. Politicamente a Reforma Agrária abriu espaço que dermacaram as classes e grupos sociais históricos, interesses nacional e imperialista, divisão clara entre o povo e burguesia. Uma luta política e de classe acirrada pela polarização política e os posicionamentos e alianças dadas. Nas palavras de Fidel, “ la Ley de Reforma Agrária selló el pacto de alianza reaccionaria entre los latifundistas y los imperialistas. Pero también la Ley selló el pacto de alianza de los obreros y campesinos”.

A Reforma Agrária nas suas fases foi acompanhada dos debates e posicionamentos de confrontos entre forças políticas nacionais. Internamente a Lei de Reforma Agrária impactou os diversos setores da opinião pública, por sua profundidade e a vontade dos legisladores de provocar mudanças profundas na sociedade cubana. A oposição tentou vetar objetivos da lei, investindo no campo político e ideológico no intuito de apontar a sua inaplicabilidade por obstáculos materiais, no entanto não ganhou forças essas mobilizações da oposição seguiram à aplicação da Lei.

El doctor Osvado Dorticós, entonces ministro de Ponencia de Leyes Revolucionarias, le dio una acabada respuesta a esta impugnación de la Ley recordando que la Constitución de 1940, consecuencia de las luchas populares antimachadistas y antimperialistas de esos años, contenía un programa mínimo agrario em el cual se incluía la proscripción del latifundio, la fijación de um límite al área de tenencia, la reversión de la propiedad foránea y la fijación de um área vital para las familias campesinas. .(PAZ, 2007, p. 31).

A aplicação da lei era qualificada tanto pelas leis Constitucionais como pelo poder revolucionário que constituídos amparavam na legalidade da execução da Lei. Opositores criticavam-os argumentando que os campesinos deveriam pagar de uma forma ou outra a propriedade que lhe foi destinada. Porém a estratégia perpassava a questão do quitamento das terras. Assim como é explicado nas palavras de Juan Valdés, “El efecto económico de este enfoque era mantener gravado al pequeño campesinado; el efecto político, distanciar al campesinado del poder revolucionario; el efecto ideológico, reforzar las relaciones capitalistas em el campo y estorbar el movimiento cooperativo”. A resposta dos agentes revolucionários foi imediata e plausível, argumentaram que os campesinos já haviam pagado historicamente por essas propriedades com

seus trabalhos e as largas explorações e imposições de características ao modo de produção capitalista.

A segunda Lei da Reforma Agrária

A declaração da Revolução com caráter socialista definitivamente caracterizou possíveis destinos da nação de Cuba. Em 1963 foi promulgada a segunda Lei da Reforma Agrária a Revolução gravitou em momentos intensos e cruciais, o inimigo interno, classes e setores afetados, como também o imperialismo norte americano, forças contrarrevolucionária e governos aliados, fomentando situações de subversão e agressão ao novo regime. A Revolução desenvolve, defende-se e consolida-se, profundando as reformas iniciais e a realização de transformações na sociedade cubana com o objetivo expresso de

liquidar um adversário irremissivelmente hostil. A lei adjudicou ao Estado cubano todas as propriedades rurais de área superior a cinco caballerias e , com isso, alterou a relação entre o setor público e o privado, o governo revolucionário tinha diante de si a responsabilidade de reorganizar o espaço agrícola de Cuba, conduzindo a reforma agrária para uma das mais completas experiências de socialização da agricultura na história moderna. (FERNANDES, 2007, p. 179).

Paralelamente crescia a oposição da burguesia rural que ainda possuía considerável posse da terra agrícola, em torno de 20% da produção. Principal base de apoio contrarrevolucionário interno a burguesia agrária cometeu adversidades com sabotagem, mercado negro, etc. Facilitava a presença da CIA em solo cubano, opositora com atitudes que poderiam colocar entraves no processo revolucionário. A segunda Reforma Agrária vem eliminar esses perigos que erigiam as bases da Revolução.

No entanto era assegurado o direito a indenização das propriedades, assim como previsto na Lei, portanto qualquer movimento contrário à aplicação da Lei da Reforma Agrária seria suspenso os condicionantes da indenização. A aplicação da Lei deu-se em caráter de abrangência,

tal como previa o texto de la Ley y correspondientemente com el nivel de desarrollo alcanzado por las organizaciones políticas y masas, su aplicación fue instantánea em todo el territorio nacional: se produjo la intervención de 9 000 fincas afectadas em las 48 horas inmediatas a su promulgación. Em esta oportunidade no se expropiaba la diferencia del área sobre el límite de tenencia, sino todas las fincas comprendidas, com todos sus bienes. El traspaso de las fincas expropiadas al sector, dándole el predominio en la economía agropecuaria y el mayor potencial de desarrollo. (PAZ, 2007, p. 129).

As terras em domínio do Estado condicionavam uma intervenção na agricultura, baseada na unificação física e administrativa das terras, facilitando a elaboração de um plano técnico-econômico único para o setor. Diante dos resultantes das mudanças na posse da terra destaca-se o setor estatal em particular na agricultura canieira e pecuária. Possibilitando o desenvolvimento e tecnologia. Uma das consequências das aplicações das leis da Reforma Agrária foi a modificação da estrutura social com a suspensão das relações capitalistas, desapareceram a venda da força de trabalho em tal dinâmica, como a apropriação dos meios de produção tomados rumos contrário a ordem do capital de acumulação de caráter capitalista. Surgem novos grupos fundamentais no fluir da socialização da agricultura: campesino pequeno e mediano, proletário agrícola subdivididos em guias de instrução e operários, completava o quadro os grupos sem terra, trabalhadores diretos e indiretos e artesãos.

Segundo Paz (2007), perante as novas condições de vida desses grupos ocorreram profundas modificações com a redistribuição das propriedades beneficiadas pelas leis de Reformas Agrárias, assim como a intensividade que foram ofertados os serviços sociais nas áreas rurais, a alfabetização, criação da infraestrutura, etc. Desta maneira, o processo de Reforma Agrária representou para além da questão econômica a mudança na estrutura social do país,

o corpo gigante absorveu os excessos da estatização e devolveu-os a sociedade cubana sob a forma econômica e política de forças revolucionárias, que bateram a contrarrevolução e conduziram Cuba ao estágio no qual se encontra, no qual a anomalia da desproporção entre a cabeça e o corpo poderá se sanada e ultrapassada (FERNANDES, 2007, p. 183).

A Reforma Agrária compreendida dentro da Revolução Cubana, foi superada pela dinâmica do processo revolucionário, que já sob implantação do socialismo, emerge uma nova configuração do espaço econômico, na qual a agricultura e indústria, assim como também a cidade e o campo se entrelaçam segundo uma nova ordem constituída na história de Cuba.

Conclusão

Ao exame dos estudos feitos e no fim da construção do artigo, trago algumas considerações como conclusão desse trabalho. Compreender o processo revolucionário de Cuba dentro dos seus avanços, obrigatoriamente remete a compreensão do que foi as aplicações das Leis

de Reforma Agrária em Cuba. Aqui atendo a destacar ganhos a partir das análises das duas primeiras Leis, a de 1959/1963.

Os resultantes das aplicações das Leis da Reforma Agrária ocasionaram no enfrentamento das amarras históricas sofridas pelo povo cubano, a destacar a população campesina que expressava uma das maiores contradições do capitalismo na América Latina, o camponês como principal aliado do processo revolucionário para implementar as Leis saiu da condição passiva à posição sumária na luta contra o imperialismo norte americano. Logo foi um dos beneficiados com as mudanças estruturais ocorridas no solo cubano, houve uma inversão no cenário, visto que a Reforma Agrária condicionou que Cuba flutuasse do capitalismo à uma transição socialista, fecundando o proposto na Lei: corrigir o minifúndio, eliminar o latifúndio, extinguir a alienação de terras a estrangeiros. Nesse quadro podemos observar que mesmo antes de ser declarada uma revolução socialista, a Revolução Cubana direcionava a esses fins, o que inevitavelmente ocasionou a aplicação da segunda Lei da Reforma Agrária em 1963 em virtude dos avanços da primeira Lei, que não consolidou totalmente no enfrentamento ao imperialismo norte americano. As ameaças contrarrevolucionárias exigiram avanços no processo agrário, Cuba tendo como o seu grande pensador da Revolução Fidel Castro que foi determinante como primeiro ministro, assim como maior líder da Revolução juntamente com outras lideranças foi responsável pela eliminação de movimentos contrarrevolucionários, combatidos pelo Exército Rebelde e as Milícias Nacionais que defenderam os interesses da Revolução, extinguindo as ameaças internas e externas surgidas.

Nessa perspectiva na sua instauração, a Reforma Agrária desponta na sua plenitude condicionando Cuba a recuperar sua soberania nacional extinguindo a base econômica da existência e fortalecimento de estruturas sociais e coloniais, arcaicas ou modernas. Aí está uma característica determinante, posiciona a Revolução frente a frente com seu passado colonial e neocolonial com possibilidades de rompimentos concretizados dentro da Revolução. A lei da Reforma Agrária garantida e legalizada à sua aplicabilidade estava assegurada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária que como super ministério condicionou a sua realização nos moldes previstos nas suas Leis. Conclui-se que o movimento Revolucionário tinha consciência da importância da Reforma Agrária dentro da Revolução, há uma combinação de resultantes, os personagens da Reforma Agrária foram beneficiados na sua totalidade no que diz respeito à atenção do Estado cubano aos processos agrários, assim como também a sociedade cubana em seu conjunto.

A Reforma Agrária em Cuba nas suas dimensões passou de um plano político para um plano econômico, alcançando a sociedade nas suas dimensões também social, oportunizando acessos básicos que os camponeses não tinham. Só teve esse alcance devido seu caráter profundo e popular, uma verdadeira Reforma Agrária que expropriou grandes proprietários de terras, modificou

o equilíbrio do poder político, possibilitou transformações amplas, além do mais foi uma medida revolucionária. Tornou a principal bandeira insuflando o governo revolucionário ir cada vez mais longe com a sua aplicação, entrou em um caminho sem retorno, lançou a Revolução nas suas profundezas de uma revolução radical.

Assim concluo esse artigo com devidas análises da maior e única experiência socialista em solo latino americano, destacando os significados das aplicações das duas primeiras Leis da Reforma Agrária no Estado de Cuba, que tornou pilar no enfrentamento da condição de subdesenvolvimento da nação de Cuba.

Referências

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAZ, Juan. *Procesos agrários em Cuba*. La Habana: Ed. Félix Varela, 2007.

SADER, Eder (Org.). *Che Guevara: política*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.

TAIBO, Paco Ignacio. *Ernesto Guevara: também conhecido como Che*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.